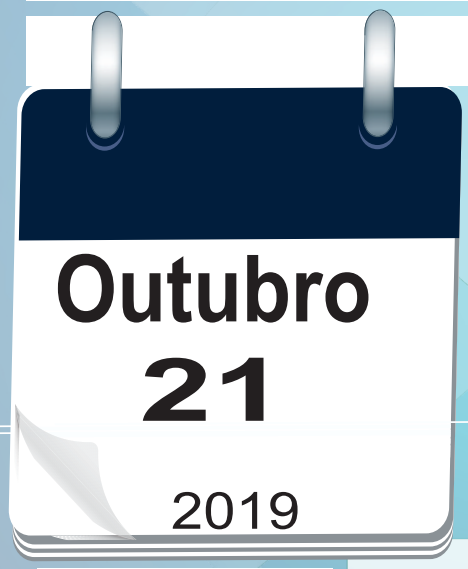
CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



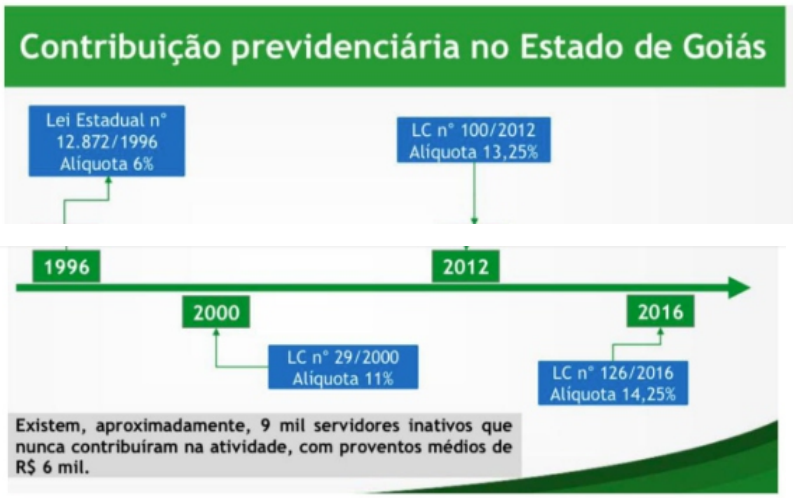
LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

DIÁRIO DA MANHÃ (19/10)

Previdência compromete educação e segurança

Rombo encontrado em Goiás é um dos maiores do país: em dez anos, goianos terão que tirar R$ 6 bilhões de áreas prioritárias de investimento para pagar pensões e aposentadorias



Welliton Carlos

Já é unanime um fato: sem reforma, o déficit da Previdência em Goiás deve chegar a R$ 5,9 bilhões em dez anos.

E esse valor terá que ser pago por alguém. Como já disse a secretária de Economia, Cristiane Schmidt, não existe almoço grátis e a contenção de despesas faz parte da operacionalização de qualquer economia.

O mais certo é reconhecer que a dívida previdenciária será dividida por todos goianos, apesar de nem todos terem acesso aos benefícios da previdência estadual – o chamado Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Segundo o Governo de Goiás, existem aproximadamente 9 mil servidores inativos que nunca contribuíram na atividade e que recebem proventos de R$ 6 mil. Por sua vez, nos últimos anos ocorreu aumento significativo das contribuições: em 1996 a alíquota contributiva era de 6%, depois passou para 11%, em 2000, e anos seguintes, 13,25% em 2012, e alíquota de 14,25%, em 2016.

O problema real de Goiás é o número escalonado, como ocorre com o aumento dos inativos. Quando se fala de previdência, não existe equilíbrio em nada. Nos últimos 14 anos, os pensionistas e inativos aumentaram em 73%. Hoje, existem 66 mil inativos em face de 63 mil ativos. No início da década passada eram 70 mil ativos e 31 mil inativos.

Em 2018, Goiás aposentou 2.700 pessoas entre civis e militares. No mesmo período, foram concedidas 820 pensões. O ano de 2018 marca, portanto, a mudança da carga: o povo goiano paga hoje mais servidores públicos inativos do que em atividade.

A realidade era bem diferente em 2004, por exemplo, quando os inativos eram menos de 30 mil e os ativos estavam na casa dos 80 mil servidores.

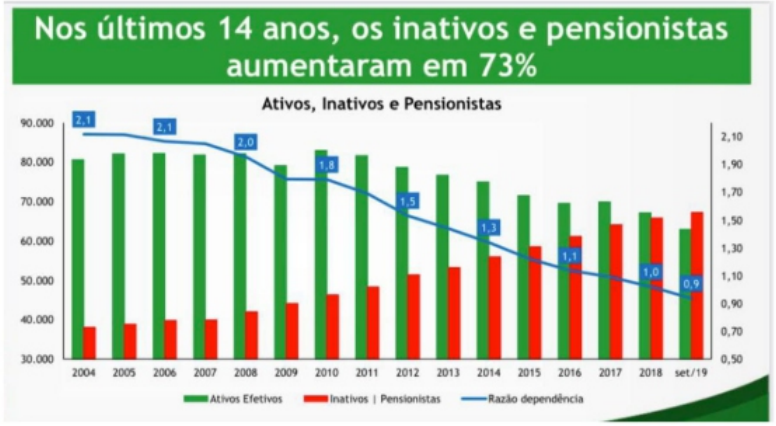
E a questão tende a se agravar mais na próxima década: em dez anos, 44,39% dos segurados que estão atualmente ativos já poderão se aposentar. No caso dos militares, 34,25% deles poderão seguir para a reserva remunerada.

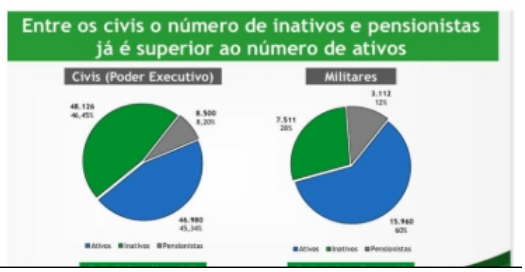
Todos estes dados desanimadores fecham com os números gerais da dívida: em 2018, o déficit da previdência goiana era de R$ 2,5 bilhões. Um ano depois chegou a R$ 2,9 bilhões. Em dez anos, será um rombo de R$ 6 bilhões ao ano. Ou seja, o déficit mensal saltou de R$ 86 milhões em janeiro de 2010 para R$ 230 milhões em setembro de 2019.

E poucos desejam falar no assunto. Os últimos governos fizeram algo ainda mais grave; aumentaram as alíquotas das contribuições, mas nada fizeram para reduzir a dívida. Ou seja, a má gestão levou o dinheiro do servidor para lugares desconhecidos que não seja a caixa de seguridade social criada especialmente para eles.

O economista Paulo Tafner, que tem se dedicado a compreender a sangria previdenciária brasileira, alertou os goianos para o risco de perder tempo e não realizar a reforma: "Goiás, como qualquer outro Estado, virou uma grande folha de pagamento. Temos que fazer reforma porque essa situação determina a falência do Estado de Goiás".

Com várias dificuldades acumuladas, como as dívidas salariais deixadas pela gestão anterior, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que Goiás teve nos anos anteriores um comportamento que feriu a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o governador Ronaldo Caiado terá que optar entre não fazer nada (e deixar a conta estourar, sacrificando todo Estado) ou interferir no Estado atual – que não cogita, por exemplo, a situação previdenciária dos municípios.





PISANDO EM OVOS

O governador reconhece que pisa em ovos. "Precisamos tomar decisões objetivas, no sentindo de conter esse processo estruturante que é o déficit da previdência", disse em recente reunião ocorrida no 10º andar do Palácio Pedro Ludovico Teixeira com especialistas e parlamentares.

TCE sugere gestão única da previdência

De acordo com técnicos do Tribunal de Contas do Estado (TCE), a situação tende a se agravar se o governo deixar passar a oportunidade de ajustar as contas, fator que prejudicará Goiás na contração de empréstimos e recebimento de recursos do Governo Federal.

Celmar Rech, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), sugere a criação de uma gestão única previdenciária. "Temos convicção na aprovação da PEC. Estaremos adotando uma ação de responsabilidade fiscal e previdenciário. Tem todo apoio do TCE", disse.

Outras sugestões incluem a interferência legal nas alíquotas quando a situação de desequilíbrio previdenciário importunar as contas gerais do governo – intervenções que seriam pontuais e por prazos determinados.

Caso a reforma do Governo Federal chegasse nos estados, já existia a previsão de que os estados deficitários, como Goiás, deveriam estabelecer as alíquotas a um mínimo de 14%. Mas ocorre que Goiás já está acima do limite. Ou seja, não seria suficiente para tirar a unidade do perigo.

Leonardo Rolim, secretário de Previdência do Ministério da Economia, sugere que Goiás analise em detalhe a reforma do Governo Federal e faça a sua mudança de olho nos municípios. "Recomendamos que seja feita adesão às regras da União. Achamos salutar que a iniciativa da construção da reforma dos estados preveja a inclusão de municípios".



DIÁRIO DA MANHÃ (19/10)

Governador apresenta quadro crítica sobre previdência em Goiás



Ronaldo Caiado e membros dos poderes Legislativo e Judiciário

HELTON LENINE

Goiás vai fechar 2019 com um rombo previdenciário de R$ 2,9 bilhões. Se nada for feito para mudar o cenário, em 10 anos o montante subirá para R$ 5,9 bilhões. Preocupado com esse déficit, que inviabiliza o desenvolvimento do Estado, o governador Ronaldo Caiado apresentou, a representantes do legislativo e judiciário, números e projeções que comprovam a necessidade de o Poder público reagir ao problema, a fim de que a previdência seja sustentável.

Caiado reconheceu que se trata de um assunto delicado, mas ao mesmo tempo necessário porque afeta a saúde financeira do Estado. "Precisamos tomar decisões objetivas, no sentindo de conter esse processo estruturante que é o déficit da previdência", conclamou durante a reunião, ocorrida no 10º andar do Palácio Pedro Ludovico Teixeira. E o consenso entre os presentes girou em torno de uma só alternativa: a de que os Poderes devem se unir para discutir e aprovar uma reforma da Previdência em Goiás.

Tal conclusão coletiva foi tomada após a exposição feita pelo economista Paulo Tafner, um dos maiores especialistas em previdência do Brasil. Atualmente, Goiás possui mais servidores inativos (67.249) do que ativos (62.940). Em comparação a 2009, o crescimento no número de pensionistas e inativos foi de 73%. E, daqui 10 anos, a projeção indica que metade dos ativos de hoje estarão prontos para se aposentar.

Os cálculos apresentados pelo economista apontam para um cenário de caos e paralisia. "Goiás, como qualquer outro Estado, virou uma grande folha de pagamento", afirmou, apresentando outro comparativo assustador. O custo com aposentados e pensionistas hoje corresponde a 74% do que o governo estadual investe em saúde, educação e segurança, que são áreas essenciais. E, daqui dez anos, esse percentual subirá para 94%. "Temos que fazer reforma porque essa situação determina a falência do Estado de Goiás", enfatizou Tafner.

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, Celmar Rech, validou a credibilidade dos dados apresentados pelo presidente da GoiásPrev, Gilvan Cândido, ressaltando também a necessidade de criar uma gestão única previdenciária, conforme determina a Constituição Federal. "Temos convicção na aprovação da PEC. Estaremos adotando uma ação de responsabilidade fiscal e previdenciário. Tem todo apoio do TCE", disse.

Paulo Tafner lamentou que "dificuldades políticas no âmbito federal" tenham impedido o curso natural da reforma da Previdência apresentada pelo Governo Federal, que deveria incluir Estados e municípios. A PEC 06/2019, que tramita no Congresso Nacional, institui regras somente para o âmbito da União. "Então essa é a razão pela qual devemos discutir. A situação aqui em Goiás é de estágio crítico", alertou o economista.

O governador explicou que tal impasse federal foi exatamente o motivo de ele ter iniciado, em Goiás, a discussão em torno de uma reforma estadual da previdência. A proposta elaborada pelo Governo de Goiás será encaminhada em breve para discussão na Assembleia Legislativa. Antes disso, avisou Caiado, haverá um encontro com prefeitos para apresentação da proposta e provável inclusão dos municípios. A reunião está marcada para a próxima semana.

DIÁRIO DA MANHÃ (19/10)



Fio Direto

SUELY ARANTES

Ex-reitor da UEG é multado por nomear aprovados em concurso fora da ordem de classificação

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás aplicou multa ao ex-reitor da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Haroldo Reimer, por solicitar a nomeação de servidores concursados fora da ordem de classificação em concurso. O certame para provimento de cargos de docente foi realizado entre 2013 e 2014. Relatório do conselheiro Sebastião Tejota acatando representação do Ministério Público de Contas e aplicando multa de R$7.042,22 ao ex-reitor foi aprovado em sessão ordinária realizada quarta-feira, dia 16. Durante a nomeação dos aprovados no concurso para professor, o Serviço de Fiscalização de Pessoal concluiu que três candidatos foram preteridos por outros que obtiveram pontuação menor. Posteriormente, esses professores vieram a ser nomeados (os dois últimos em 2018). Em contraditório, o ex-reitor admitiu ter realizado as nomeações sem respeitar a nota obtida pelos candidatos no certame. Para o relator, a correção da falha pelo Chefe do Executivo afastou a irregularidade, mas não a responsabilização daquele que deu causa. "Ao requisitar a nomeação dos candidatos sem respeitar a lista de classificação dos aprovados, resultou em prejuízo irreparável ou de difícil reparação aos docentes, com reflexos na carreira pública, nos direitos do funcionalismo e no tempo de aposentadoria".



DIÁRIO DA MANHÃ (21/10)



Fio Direto

GERCYLEY BATISTA

Caiado determina força-tarefa para obras e recuperação de rodovias

Após pagar a folha de dezembro, herança do governo do PSDB, o governador Ronaldo Caiado determinou e a Goinfra já promove desde setembro uma força-tarefa de obras voltadas para implantação e restauração de rodovias goianas, que ficaram o ano de 2018 sem ver máquinas de trabalho. Somados, os investimentos realizados pelo governador Ronaldo Caiado chegam a mais de R$ 120 milhões. Mal chegou ao comando da Goinfra, o presidente Pedro Sales não só assinou 170 ordens de serviços como já colocou as máquinas para a conservação de vias. "Também foram homologados os contratos com as empresas para a manutenção preventiva e corretiva de vias", disse Pedro Sales. Entre as obras de restauração a pleno vapor estão as da GO-418 (Fazenda Nova), GO-164 (Quirinópolis/BR-452), GO-326 (Buriti de Goiás/Sanclerlândia). Na região sudoeste, as máquinas também estão trabalhando para recuperar a GO-401 em Rio Verde e para concluir a implantação da GO-184, que liga Jataí a Caiapônia. "Sempre com transparência e zelo com o dinheiro público. Essa é uma determinação do governador Ronaldo Caiado", disse.



Dinheiro deverá ser devolvido

Em Goiás, 103 famílias receberam repasses do Programa Bolsa Família de forma indevida. Estes têm o prazo de 30 dias para apresentar defesa



Somente em Goiás, a estimativa do Governo Federal é que seja recuperado o valor de R$ 117 mil

Daniell Alves

Mais de 100 famílias goianas terão que devolver os recursos recebidos de forma indevida pelo Programa Bolsa Família, do Governo Federal. Somente em Goiás, a estimativa é que seja recuperado o valor de R$ 117 mil. O Ministério da Cidadania (MDS) começou a convocar os ex-beneficiários para que seja feito o ressarcimento. Estes ainda podem apresentar defesa.

Em todo o país, são 5.100 pessoas que receberam recursos de forma irregular. A soma do valor total que deve ser devolvido aos cofres públicos chega ao valor aproximado de R$ 5,8 milhões. Este é o maior processo de cobrança de ressarcimento de repasses promovidos pelo órgão.

As pessoas foram identificadas a partir de auditoria da Controladoria Geral da União (CGU) e de cruzamento de dados com o Tribunal de Contas da União (TCU). "Isso porque há a suspeita de que essas pessoas tenham prestado informações irregulares intencionalmente ao Cadastro Único para Programas Sociais ou tinham renda superior ao permitido para participar do programa", informa o Ministério.

Para o secretário especial do Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania, Lelo Coimbra, a iniciativa mostra o empenho do governo federal em combater as irregularidades e garantir que o benefício chegue a quem realmente precisa. "Isso é importante por dois motivos: primeiro, temos muita gente que precisa desse dinheiro. Embora sendo pouco, ajuda no combate à extrema pobreza. Segundo ele, por uma questão de justiça esse repasse não pode ser dado a quem usou de maneira indevida essa oportunidade, que seja devolvido", aponta o secretário.

As cartas com aviso de recebimento estão sendo enviadas às famílias identificadas já com a Guia de Recolhimento da União (GRU) no valor previsto pelo governo federal. Os beneficiários têm até 30 dias para apresentar uma defesa ao Ministério da Cidadania. "Caso a defesa não seja apresentada, os ex-beneficiários têm o mesmo período para pagar a guia", explica o MDS.

Os convocados que não efetuarem o pagamento vão ter a inclusão do nome no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal (Cadin) e no sistema de cobrança do Tribunal de Contas da União (e-TCE). O secretário nacional de Renda de Cidadania, Tiago Falcão, explica que as famílias que quitarem o débito com a União poderão ser selecionadas para retornar ao benefício após um ano, se atenderem às regras para participar do programa e após passar por um processo de averiguação das informações.

> *A suspeita é de que essas pessoas tenham prestado informações irregulares intencionalmente ao Cadastro Único para Programas Sociais*

"Não pagando, entrando no cadastro de devedores, as famílias têm limitações para fazer empréstimos, financiamento, abertura de contas, além de não conseguirem certidão negativa de débito junto à União. Isso faz então que ela tenha a sua vida financeira bastante complicada caso não regularize sua situação", explicou.

Falcão reforçou que o pagamento da guia encerra o processo imediatamente. A primeira cobrança de recebimentos indevidos foi realizada em 2018 e recuperou R$ 1 milhão aos cofres da União.

Bolsa Família promove inclusão social

O Programa Bolsa Família atende cidadãos em situação de pobreza e de extrema pobreza e inclui famílias com renda por pessoa entre R$ 89,01 e R$ 178 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de até 17 anos. Os municípios e o Distrito Federal são os responsáveis pelo cadastramento das famílias — assim, as famílias interessadas devem ir ao setor do Bolsa Família e do Cadastro Único em sua cidade. Em muitos locais, o cadastramento também pode ser realizado nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras).

Os benefícios do programa são pagos mensalmente, seguindo um calendário nacional. O cronograma estabelece as datas de pagamento de acordo com o último número do NIS (Número de Identificação Social) impresso no Cartão Bolsa Família. Por exemplo: para um cartão com NIS terminado com o número cinco, o saque poderá ocorrer a partir do quinto dia do calendário oficial de pagamentos.

Também garante o acesso dos beneficiários a outras políticas públicas, como é o caso do Criança Feliz, leva orientações sobre como estimular o desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor das crianças para ajudá-las a superar a pobreza no futuro. **(Daniell Alves** *é estagiário do jornal O Hoje sob orientação do editor de Cidades* **Rhudy Crysthian)**